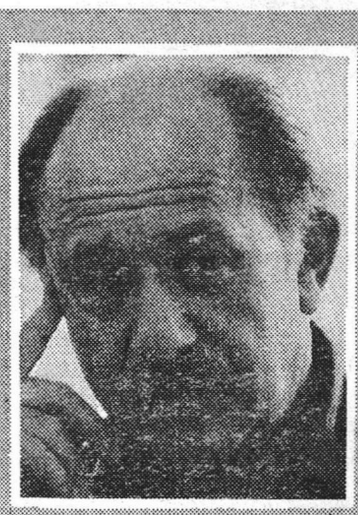
# O congelamento é solução de fôlego curto

*Octávio Costa*

■ **Paul Singer**

**Não basta mexer em botões do tipo política monetária e ajuste fiscal, já estamos além disso**



O congelamento não é uma saída, ficou banalizado. O primeiro foi feito em 1986 e mexeu com o país de uma forma profunda. Naquele ano, não se falou em outra coisa. O fato de ter dado certo foi uma surpresa imensa. Agora, estamos caminhando para o sexto congelamento. Tornou-se uma prática anual. A única dúvida é se ele vem antes ou depois do Natal. Normalmente — já é uma normalidade — vem depois do Natal. Os congelamentos ocorrem entre janeiro e março. É um [illegible] só não se fez o congelamento em 1988.

Vale ressaltar que, sempre que se consegue estancar a inflação, há uma recuperação da atividade econômica. Desde o Plano Cruzado, isso se repete todos os anos. É uma rotina. Por três ou quatro meses, observa-se uma nítida recuperação. Estamos vivendo um período de ciclos regulares, semelhantes aos do século passado. A regra é a seguinte: pega a economia em plena recessão e faz o congelamento no primeiro trimestre. Então, vem a recuperação. Simultaneamente, a inflação se reaquece, até que a recessão retorna por volta de setembro. É impressionante! A recessão sempre bate forte no mês de setembro. Isso aconteceu em 1989, 1990 e 1991.

O que significa essa regularidade tão fantástica? Não sei se essa recessão é o resultado de uma política econômica deliberada ou se já é o resultado mais ou menos espontâneo de um caos que se estabelece na economia de mercado. É claro que a recessão é concomitante a uma grande alta dos juros. Todo ano acontece a mesma coisa. Mas esse aumento dos juros é, de fato, uma política monetária do Banco Central? Não tenho certeza. Na época do Sarney, o Banco Central, sem credibilidade, era obrigado a pagar juros cada vez mais altos para rolar os títulos do governo. Hoje, o governo não tem esse problema.

De qualquer forma, existe uma regularidade infernal, um círculo vicioso muito perverso. As recuperações da atividade econômica são extremamente ilusórias, não repõem o nível anterior. Se observarmos os últimos cinco anos, constatamos que a recuperação sempre fica abaixo do nível anterior. Na Gran [illegible] nível de desemprego, apesar da recuperação ocorrida. A recessão, agora, está muito forte, o que vai nos levar a uma situação ainda pior. Os salários nunca estiveram tão baixos, e esse é um dos componentes da recessão.

Com a inflação completamente descontrolada, o congelamento surge como algo inevitável. Mas, mesmo com todos os aspectos positivos de curto prazo, duvido que alguém ainda acredite que, daí por diante, não haverá uma retomada da inflação. A previsão sobre o caráter efêmero do congelamento também já está dada. Espero que pelo menos não se saia do congelamento de forma tão inglória quanto das cinco vezes anteriores.

O mais importante é reconhecer que esse tipo de política perdeu a efetividade. Esse receituário — de corte de gastos públicos, eliminação do déficit e contenção da moeda — está desgastado. Na verdade, a inflação tem a ver com o comportamento de todos os agentes econômicos. E é preciso fazer alguma coisa que envolva empresários e trabalhadores. Não basta mexer em botões do tipo ajuste fiscal e política monetária. Já estamos além dessa possibilidade.

Inflação acima de 20%, taxa de juros em disparada, queda da atividade industrial e início de demissões em massa nas grandes indústrias de São Paulo. É a economia brasileira novamente em ritmo de crise e, mais uma vez, a pergunta vem à tona: há uma saída para a crise? Uma saída de emergência não há, mas o congelamento seria politicamente bem recebido a essa altura dos acontecimentos. Significaria uma resposta imediatista, bem recebida por empresários, trabalhadores e pelo próprio governo, mas de fôlego curto, a exemplo das experiências anteriores. Outra hipótese é manter a rédea curta, apostar na inflexibilidade da política monetária e do ajuste fiscal, sem se importar com o grau de recessão e desemprego que essa receita venha a provocar. Os frutos viriam a médio prazo e longo prazo. Porém, como o jogo político costuma se sobrepor à racionalidade econômica, tudo indica que o congelamento é inexorável. Essa é conclusão dos participantes do *Balanço Mensal* do **JORNAL DO BRASIL** que reuniu os economistas Paul Singer, da USP, Dionísio Carneiro e Rogério Werneck, da PUC-Rio, o deputado federal César Maia (PMDB-RJ) e o cientista político Sérgio Abranches, da Sócio Dinâmica Aplicada.

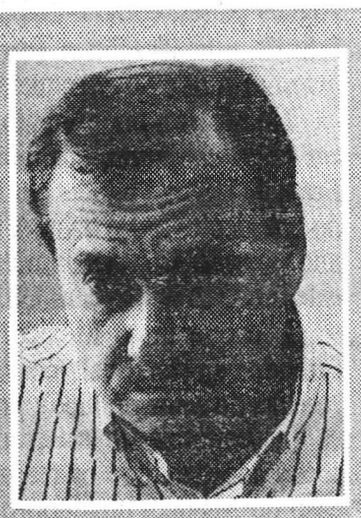
Dionísio Carneiro explica que não se trata de uma previsão, mas de uma simples observação da realidade: " Está-se chegando a um ponto em que o congelamento é bom para todo mundo." Para as empresas, traz a perspectiva de maiores vendas. No sistema financeiro, reduz o número de concordatas. E, do ponto de vista do governo, abre a possibilidade de aumento da arrecadação, diminuindo o déficit público. "Aliás, até mesmo o discurso de fim de ano do presidente da República ficará muito mais agradável", ressalta Dionísio, que se dobra diante dos simpáticos apelos do curto prazo, mas lamenta o aumento das incertezas que as políticas imediatistas têm gerado. Paul Singer concorda integralmente com o economista da PUC carioca: "O congelamento surge como algo inevitável. Mas, mesmo com todos os aspectos positivos de curto prazo, duvido que alguém acredite que, daí por diante, não haverá uma retomada da inflação". Singer recomenda que se faça "alguma coisa que envolva empresários e trabalhadores" e afirma que "não basta mexer em botões do tipo ajuste fiscal e política monetária".

Rogério Werneck, porém, considera essenciais exatamente os botões que Singer rejeita. "Manter a taxa de juros elevada é absolutamente fundamental, doa a quem doer. Esse é o último instrumento que o governo possui para desacelerar o descontrole", previne. Para ele, empresas como a Brastemp estão em dificuldade porque apostaram num aquecimento da economia que não houve. "As empresas do ABC paulista são muito complacentes nas negociações trabalhistas, repassam esse custo para os preços e quem paga é a economia", critica Werneck, ressaltando que "a paz social do ABC se faz muitas vezes às custas do abecedário inteiro". Ele descarta radicalmente um novo congelamento - " o pior dos mundos" - e defende a política da equipe de Marcílio. O governo tem que resistir de toda forma. Não como afrouxar a política monetária para sancionar os aumentos que a indústria está tentando praticar". Só assim, segundo Werneck, 1992 poderá ser um ano promissor em termos de combate à inflação.

A esperança de Werneck não tem vez nas avaliações de Sérgio Abranches e César Maia, ambos com uma visão bastante crítica sobre o governo. Abranches é incisivo: "Essa equipe econômica já morreu, do ponto de vista político". Ele aponta "um clima de final de governo que só pode dar em ruptura institucional" e destaca que "a crise é muitíssimo grave". Enfatizando também a crise política, César Maia sugere que o presidente Collor assuma seu projeto liberal, por meio de uma reforma ministerial, pois "o jogo parlamentar exige um governo com posições nítidas". No Congresso, conclui Maia, não existe representação do governo e "se o governo não serve de referência, pode botar o ministro que quiser, a situação continuará sendo de ingovernabilidade."

■ **César Maia**

**O governo tem que fazer uma reforma ministerial que lhe dê competência para administrar**



A solução dessa crise estrutural passa pela criação de condições de caráter político-ideológico, pela formação de uma vontade que corresponda às restrições colocadas pela realidade. A grande crise brasileira dos últimos anos tem sido a crise das idéias. A crise das elites políticas, sociais e econômicas que insistiam em produzir desenvolvimento segundo uma lógica ultrapassada. No momento em que os sinais colocados pelo novo mundo eram de busca de mercados, de integração econômica, o governo Geisel reproduziu a política econômica dos anos 50 com a utilização abusiva do Estado. O dirigismo estatal atingiu seu nível máximo na história econômica do Brasil, fazendo exatamente o contrário do que estava sendo feito num mundo todo.

Então, a saída da crise exige, de um lado, a superação da crise das idéias. E, de outro, competência gerencial para reduzir o custo social e acelerar o processo de saída da crise. Curiosamente, o Brasil vive um momento muito favorável agora, porque a crise das idéias está superada. Há uma amplíssima hegemonia das idéias liberais. Há uma vontade decidida das maiorias de produzir mudanças a nível do Estado. Existe um encontro da vontade majoritária com o mercado, com a abertura da economia, com o processo de desestatização, que há dois anos não tinha respaldo político. As mesmas idéias que enfrentavam unanimidade contrária na Constituinte conquistam hoje unanimidade a favor.

A correlação de forças mudou. As forças nacionalistas estatizantes se esgotaram. Hoje, representam minorias que não têm expressão política, não têm expressão social, nem expressão eleitoral. Porém, junto a isso, temos um quadro de desastre gerencial. Começa com o desastre político, que é o presidente Collor, um chefe de governo que não tem Estado Maior, que não tem estratégia, que opera de forma intuitiva e amadora. De outro lado, um grupo ministerial que é completamente incompetente, com algumas exceções, o ministro Marcílio entre elas.

A incompetência gerencial é completa. E me parece que o governo tem que tomar duas decisões: uma de caráter político e outra de caráter administrativo. Ele tem que fazer uma reforma ministerial que lhe forneça competência para administrar. Na área econômica, deve ser feita uma reforma ministerial que corresponda à assunção política pelo governo Collor de seu projeto liberal. O governo tem que criar um ministério liberal-conservador, que terá legitimidade. Eu desmembraria o ministério da Economia. Deixaria o Marcílio na área de Economia, Indústria e Comércio, e Planejamento, com seu estilo de desativar a presença do Estado, e nomearia um ministro da Fazenda com capacidade gerencial, como o empresário Antônio Carlos Rocca, do Mappin. Ele tem respeitabilidade no meio empresarial e capacidade gerencial.

As decisões políticas têm de ser tomadas e o governo precisa ativar seu projeto liberal e sua base eleitoral conservadora. PSDB é oposição. PMDB é oposição. Perderam as eleições para a Presidência da República. O jogo parlamentar exige um governo com posições nítidas. Só assim é possível exercer uma oposição nítida. Hoje, temos no Congresso um quadro caótico, no sentido sociológico. Não existe governo. Quem representa o governo? Quem são as oposições ao governo? Pode botar o ministro que quiser, se o governo não servir como referência, a situação continuará sendo de ingovernabilidade.

■ **Sérgio Abranches**

**A equipe econômica está liquidada. Cometeu todos os erros que podia e não mostrou pulso**

Estamos numa crise profunda, grave, que tem a ver com esse ciclo de repetição de choques, que cria uma espécie de reflexo condicionado no agentes econômicos. A política econômica tornou-se, em certa medida, o resultado dos estímulos e vice-versa. Chegamos num círculo vicioso de adaptação aos choques, que obviamente tende a perverter a espécie ao invés de melhorá-la.

Temos uma crise de Estado, uma crise fiscal séria, um ajuste institucional que está longe de ser resolvido. A maneira pela qual montamos o modelo político pós-ditadura não funciona. E piora ainda mais com a crise econômica. Temos também uma solidíssima coalizão inflacionária, com efeito camaleão. A maior parte do ano ela age como uma coalizão inflacionária, mas em determinado momento ela vira uma coalizão pelo choque. Começa a demandar, produz as condições e torna o choque praticamente inevitável. Logo em seguida, ela volta a ser uma coalizão inflacionária. Essa é uma conjuntura de tão longa duração que já se tornou quase que um vício estrutural da economia política brasileira.

Existe um problema mais imediato de agravamento da conjuntura que tem a ver com a crise de governo produzida pela própria erosão da aceitação social do governo por causa do processo inflacionário. Há frustração política de parcela considerável da elite por causa do tipo de comportamento que setores do governo tiveram, e que não podiam ter tido. E há o problema de desgaste provocado pelo atrito na relação entre o Executivo e o Legislativo. Há uma situação de conflito permanente, de tensão permanente e de impasse permanente que é desgastante do ponto de vista político-institucional.

O processo de sístole e diástole da economia transferiu-se também para a política. Estamos oscilando entre dois humores. Num determinado momento, o presidente e muitas outras lideranças políticas afirmam que a crise é gravíssima, e o país está na iminência de um impasse institucional. Menos de 72 horas depois, dizem que a crise não é tão grave assim. Foi o que se viu na reunião do Conselho da República. Quando a convocou, o presidente Collor parecia ter tomado consciência de uma crise terminal. Vem a reunião e o secretário Roberto Macedo se resume a ressaltar que a Previdência pode falir daqui a dois anos. Houve, portanto, uma clara queda da consciência da crise.

Agora, apesar das péssimas notícias no cenário inflacionário, parece que não há crise. Mas é claro que essa equipe econômica já morreu, do ponto de vista político. Ela não tem condições políticas de fazer mais nada. Cometeu todos os erros que podia e não mostrou que tem pulso para correções. Politicamente, está liquidada. Pode até subsistir se conseguir operar o milagre de evitar a explosão no final do ano. Mas, dadas as circunstâncias políticas, é pouquíssimo provável.

Por outro lado, se tudo parece que está no final do governo e a única coisa que sobra é o mandato, é evidente que estamos beirando uma crise de mandato. Ou o fim do governo leva ao final do mandato, ou o mandato é salvo com uma reforma política que mude a cara do governo. O clima de final de governo só pode dar em ruptura institucional, a não ser que haja, de fato, uma mudança que crie oxigênio político e espaço de sustentação política à política econômica. O certo é que a crise é muitíssimo grave e já contaminou a estrutura institucional do país.

■ **Dionísio Carneiro**

**Essas políticas de intervenção geram queda da taxa de de investimento e agravam a incerteza**

Com a taxa de inflação instável, todas as decisões se encaminham novamente para uma intervenção. Não se trata de uma previsão, mas, sim, de uma observação da realidade: as decisões dos agentes econômicos se encaminham na direção do congelamento, da prefixação ou até de uma dolarização forte. A razão é simples. Está-se chegando a um ponto em que o congelamento é bom para todo mundo.

Vejamos o ponto de vista das empresas. Muitas delas, com medo do congelamento, já aumentaram seus preços. O congelamento, ao se concretizar, permitirá que elas afirmem que tomaram a decisão correta, pois vão vender mais. O congelamento, por mais vagabundo que seja, vai gerar efeitos positivos sobre a economia nos próximos dois meses. E, em dois meses, estaremos no Natal. Sabendo disso, a indústria hoje já vai produzir mais e o comércio vai demandar mais. Existe também efeito positivo sobre o sistema financeiro, porque o congelamento reduz o número de concordatas na medida em que diminui o risco de crédito.

A tentação para o governo seria a seguinte: "As empresas vendendo mais, vou arrecadar mais". Portanto, se houver congelamento, o déficit público projetado para este fim de ano será menor, graças ao aumento da arrecadação. O Banco Central, da mesma forma, pode encarar o congelamento com uma visão curta: "Com o congelamento, a inflação esperada até dezembro será menor, haverá aumento na demanda por moeda, logo será possível baixar a taxa de juros". Ou seja, o governo poderá financiar a custos mais baixos, permitindo uma expansão do crédito. Quanto menos as pessoas acreditarem na vigência do congelamento, mais forte será a propensão ao consumo. Então, vão demandar mais crédito.

Talvez o ministro Marcílio não queira executar o novo congelamento, que significará mais monetização e taxa de juros mais baixa. Não não haverá falta de executores para uma política desse tipo. Afinal de contas, é uma política prazerosa para mandantes e mandados, para executores e executados. É como se estivesse ao alcance de todos gerar agora o Feliz Natal. Aliás, até mesmo o discurso de fim de ano do presidente da República ficará muito mais agradável. Ele poderá destacar que o Natal foi bom, que as vendas aumentaram, que a taxa de inflação e a taxa de juros caíram em relação ao ano anterior.

Se todos são a favor, o que está faltando para o congelamento? Acontece que existe um conjunto de pessoas que não considera essa política recomendável. Mas o que há errado nesse tipo de política? Na verdade, o congelamento traria um Natal rigorosamente melhor para todos todos, mas não prenunciaria um Ano Novo minimamente promissor. E o mundo não vai acabar em dezembro. Em 1992, o país voltaria a enfrentar a inflação em alta, o aumento do gasto público etc... E devolveria todos os ganhos obtidos com o congelamento no final deste ano. O que seria mais ou menos uma caricatura da situação que estamos vivendo hoje.

Essas políticas, infelizmente, desembocam na preferência pelo imediato. Eu gostaria que nos preocupássemos mais com a queda da taxa de crescimento nos últimos cinco anos, com a queda da taxa de investimento nesse período, com o aumento da incerteza que essas políticas imediatistas têm gerado. Estamos gerando uma situação de comprometimento do crescimento. Entretanto, a coalizão a favor do congelamento parece inexorável. A curto prazo, ela vai satisfazer a todos.

■ **Rogério Werneck**

**Manter a taxa de juros elevada é absolutamente fundamental, doa a quem doer**

O último congelamento foi anunciado como uma trégua. Chamou-se trégua exatamente porque a idéia de congelamento já estava tão desgastada que o governo só encontrou o espaço desse novo rótulo. Mas voltemos àquela idéia, ao final de janeiro. O diagnóstico na época — que não estava incorreto — era de que seria necessário um grande ajuste no Estado para se construir uma base mais sólida para a política de combate à inflação. O problema é que os efeitos da trégua estão se esvaindo. Aliás, foi espantoso que tivessem durado tanto, pois muita gente previu que em julho já estaríamos de volta ao congelamento.

Agora, não há a menor dúvida de que realmente resta muito pouco para os efeitos da trégua se esgotarem. Qualquer que seja a política que o governo venha a seguir, deve-se aproveitar o que resta da tregua para caminhar no sentido de um ajuste fiscal duradouro. Algo já foi trabalhado nessa direção. Há mais consenso sobre o ajuste este ano do que no ano passado. Consenso, por exemplo, entre o Executivo e o Congresso, com todas as divergências e resistências que possam existir. O Congresso mostra-se mais simpático à idéia. Resta ao governo conseguir formular uma proposta coerente de ajuste fiscal e aproveitar esses últimos três meses do ano para para realizar essa tarefa.

Meu ponto é o seguinte: não sei se o governo vai conseguir utilizar esses três preciosos meses pelo lado bom. Temo que janeiro venha a ser apenas o décimo-terceiro mês de 1991 e fevereiro o décimo-quarto. Isso tem de ser evitado a todo custo. A alternativa é o governo avançar de forma substancial no ajuste fiscal. Só assim 1992 poderá ser um ano diferente. Existe uma divisão gregoriana que faz diferença. O ano de 1992 pode permitir uma política antiinflacionária mais ambiciosa.

Dois meses e meio é um prazo muito apertado, e o governo não pode, de nenhuma forma, permitir o descontrole da inflação agora. Portanto, manter a taxa de juros elevada é absolutamente fundamental, doa a quem doer. Esse é o último instrumento que o governo possui para desacelerar o descontrole. Estamos vendo as mil demissões da Brastemp ganhando grande destaque na imprensa. Esse fato vai ser brandido para tentar reverter a política monetária. O governo tem que resistir de toda forma. Não há como simplesmente afrouxar a política monetária para sancionar os aumentos que a indústria está tentando praticar.

Parte das dificuldades da Brastemp tem a ver com negociação mal feitas com empregados e fornecedores há dois ou três meses. E reflete um velho problema: a paz social do ABC paulista se faz muitas vezes às custas do abecedário inteiro. As empresas do ABC são muito complacentes nas negociações trabalhistas, repassam esse custo para os preços e quem paga é a economia. Além disso, empresas como a Brastemp apostaram num aquecimento da economia que não houve. Achavam que a liberação dos cruzados ia ser uma festa e se assustaram quando o Banco Central reverteu a política monetária em agosto e deu um tranco assustador na demanda. Essa é a única coisa que está segurando o descontrole.

O congelamento pode vir a ser fatal, mas o pior dos mundos será outra trégua. Temos de usar o restinho dos efeitos da trégua para fazer o ajuste fiscal. Só assim 1992 poderá ser um ano promissor em termos de combate à inflação. Sem o ajuste fiscal, que permita uma política antiinflacionária duradoura, uma nova trégua terá vida curta.